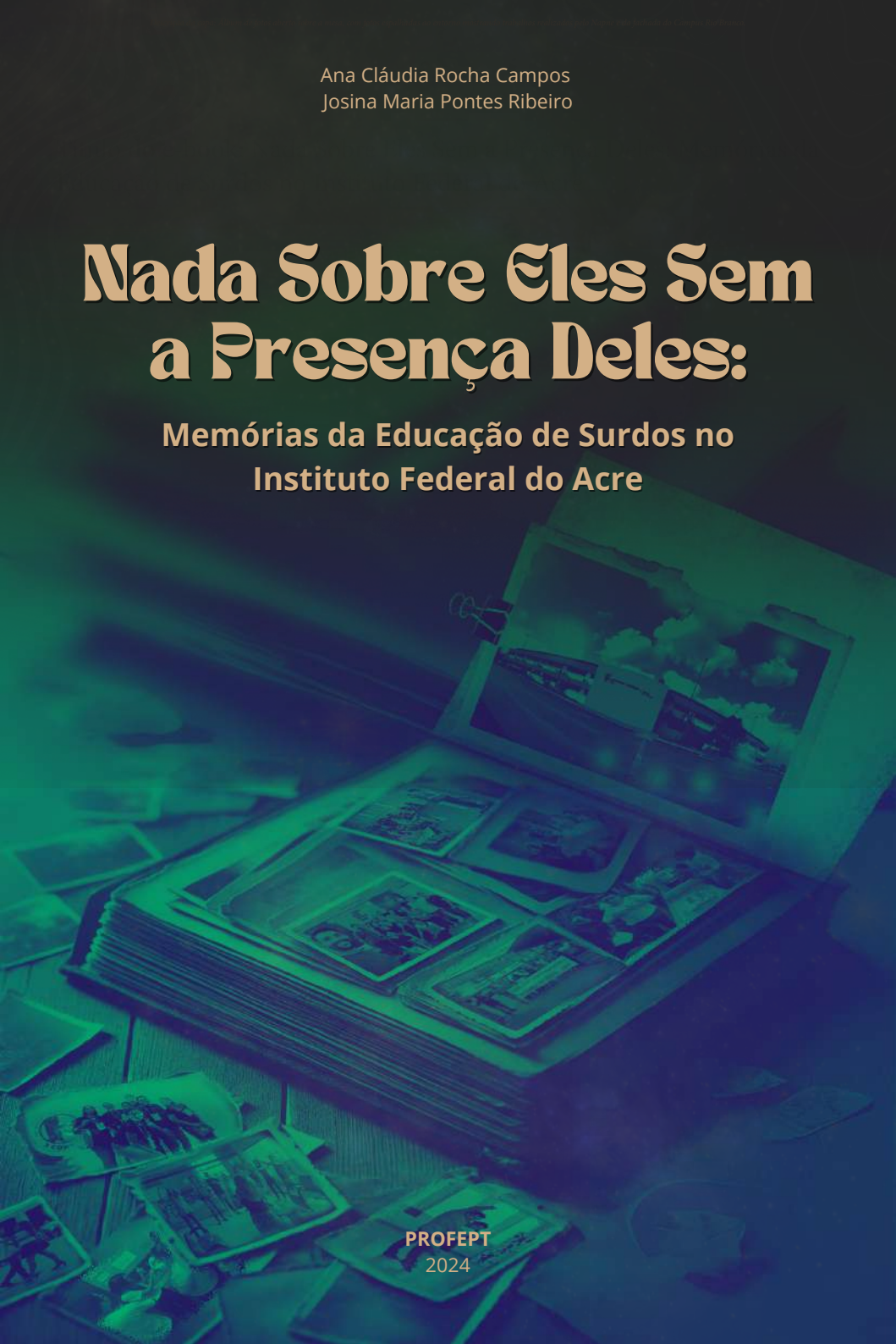


Ana Cláudia Rocha Campos
Josina Maria Pontes Ribeiro

Nada Sobre Eles Sem a Presença Deles:

Memórias da Educação de Surdos no
Instituto Federal do Acre



PROFEPT
2024

Catálogo na Publicação (CIP)

C198n Campos, Ana Cláudia Rocha; Ribeiro, Josina Maria Pontes
Nada sobre eles sem a presença deles: memórias da educação de surdos no Instituto Federal do Acre. / Ana Cláudia Rocha Campos; Josina Maria Pontes Ribeiro. – Rio Branco, 2024.
67 p. : il. Color.

Produto educacional apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac, *Campus* Rio Branco, 2024. ISBN: 978-65-01-15828-0.

1. Educação profissional. 2. Inclusão - surdos. 3. Memórias. I. Ribeiro, Josina Maria Pontes. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. III. Título.

CDD 371.912

Elaborada por Aparecida Maria Martins Lopes – CRB-11/1188
Bibliotecária - Documentalista do Ifac



Título: Nada Sobre Eles Sem a Presença Deles: Memórias da Educação de Surdos no Instituto Federal do Acre

Autoras: Ana Cláudia Rocha Campos e Josina Maria Pontes Ribeiro

Formato do material: E-Book

Áreas de conhecimento: Ensino/Educação

Público-Alvo: Comunidade escolar, pesquisadores e interessados pelo conteúdo abordados

Divulgação: Meio digital

Idioma: Português

Cidade: Rio Branco - Acre

Ano: 2024

Registro: Biblioteca do Ifac - Campus Rio Branco

Origem: Dissertação de Mestrado intitulada: Nada Sobre Eles Sem a Presença Deles: Memórias da Educação de Surdos no Instituto Federal do Acre, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)

IFAC: Todos os direitos reservados.

A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização ou referência dos autores constitui violação da LDA 9.610/98.

Ficha Técnica:

Criação:

Ana Cláudia Campos

Josina Maria Pontes

Diagramação e projeto gráfico:

Francisco da Silva Passos

Tradução e interpretação do Português/Libras e da Libras/Portugues:

Denise Pontes, Regiane Freire, Ruan Carvalho

Imagens cedidas:

Acervo Napne e comunicação IFAC

Produção de vídeo do Campus Rio Branco:

Evoluy Projetos de Mídia

Captação de imagem com drone:

João Lucas Ferreira

Captação de imagem com câmera:

Ana Clara Saab e Luy

Edição de vídeo:

Ana Clara Saab, Ruan Carvalho,

Descrição das imagens fotográficas:

Ana Cláudia Campos e Ruan Carvalho

Sumário

Ao leitor... 6

O fio da história 10

É um Rio de águas correntes 14

Travessia 26

A visão de Ser Surdo 33

O que nos constitui? 39

Não são apenas memórias... 44



Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos
nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.
Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os
dedos.

É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos,
e tem a macieza quente do lodo vivo.

É um rio.

Corre-me nas mãos, agora molhadas.

Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de
repente não sei se as águas nascem de mim, ou para
mim fluem.

Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o
próprio corpo do rio.

Sobre a minha pele navegam barcos, e sou também os
barcos e o céu que os cobre e os altos choupos que
vagarosamente deslizam sobre a película luminosa
dos olhos.

Nadam-me peixes no sangue e oscilam en-
tre duas

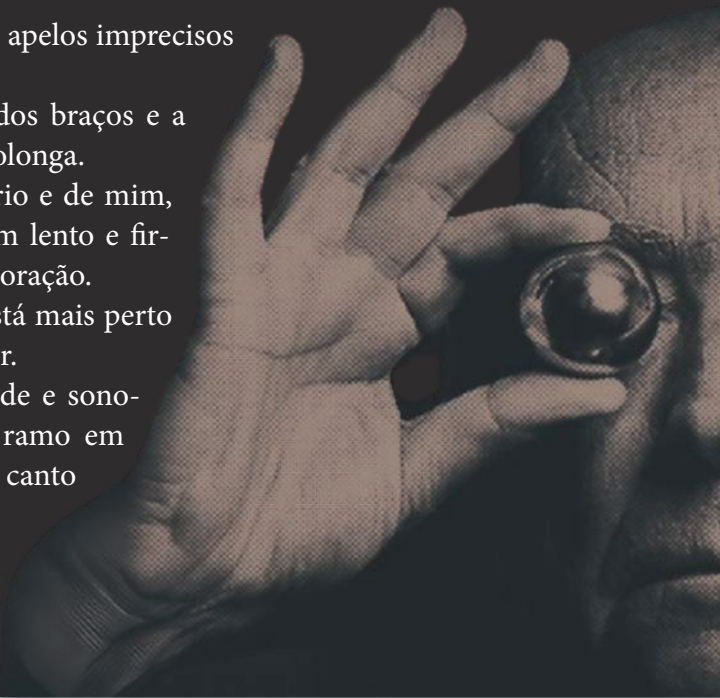
águas como os apelos imprecisos
da memória.

Sinto a força dos braços e a
vara que os prolonga.

Ao fundo do rio e de mim,
desce como um lento e fir-
me pulsar do coração.

Agora o céu está mais perto
e mudou de cor.

É todo ele verde e sono-
ro porque de ramo em
ramo acorda o canto
das aves.



E quando num largo espaço o barco se detém, o meu corpo despido brilha debaixo do sol, entre o esplendor maior que acende a superfície das águas.

Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas da memória e o vulto subitamente anunciado do futuro.

Uma ave sem nome desce donde não sei e vai pousar calada sobre a proa rigorosa do barco.

Imóvel, espero que toda a água se banhe de azul e que as aves digam nos ramos por que são altos os choupos e rumorosas as suas folhas.

Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem, sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas verticais circundam.

Aí, três palmos enterrarei a minha vara até à pedra viva.

Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se juntarem às mãos.

Depois saberei tudo.

José Saramago

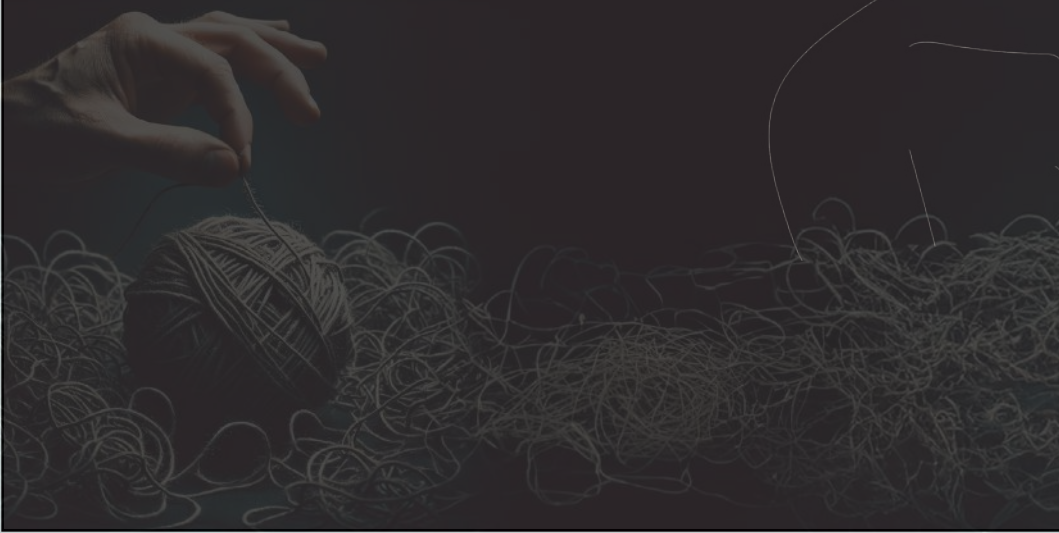


Ao leitor...

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto. Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos.

[...]

José Saramago



Caro leitor

Este E-book é resultado de pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em Rede Nacional, ofertado pelo Instituto de Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac), Campus Rio Branco e está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT e no Macroprojeto História e Memórias no Contexto da EPT.

Seu referencial teórico foi organizado a partir de fontes teóricas e documentais do processo Sócio histórico das experiências educacionais, linguísticas e culturais dos Surdos, partindo de um cenário geral, até o aprofundamento em contexto local, a saber o Instituto Federal do Acre. Há também a presença de Leis que embasam e fortalecem todo esse processo, tais como: a) Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; b) Lei da Inclusão Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015; c) Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras) e sobre o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; e d) documentos institucionais como PDI/2009-2013, PDI/2020-2024, relatório de gestão e outros.

Nos propusemos também apresentar a partir dos Grupos Focais: a memória da educação inclusiva de Surdos no Campus Rio Branco, a partir da visão de docentes, intérpretes, gestores e dos próprios Surdos que vivenciaram este processo no período de 2011 a 2021. As memórias evidenciam a construção de um projeto de educação que preza pela inclusão, equidade, respeito e valorização de seus alu-

nos. Através dos Grupos Focais realizados em dezembro de 2023, foi possível conhecer e analisar conteúdos que não estão expostos em livros, documentos e relatórios, e que nem por isso deixam de compor a história institucional.

Estamos cientes que não se esgotam os registros sobre a memória da educação e inclusão de Surdos no Campus Rio Branco e que aqui, apenas, puxamos do novelo emaranhado da história (circunscrita em documentos e relatórios), bem como da memória de docentes, intérpretes, gestores e de alunos Surdos egressos, alguns fios que estavam soltos e com eles tecemos algo importante que ficará disponível como registro dessas vivências individuais e coletivas; que poderá ser continuado e/ou questionado a partir de outros olhares; ou, ainda, que poderá servir para avaliar as políticas de inclusão no Ifac, se considerarmos que o que está posto aqui é um olhar do presente sobre o passado.

Vale ressaltar ainda, que este produto pode ser considerado um recurso novo que vai além de uma simples publicação, pois o material propõe a implementação de um conjunto de tecnologias que servirá para trazer vida ao texto e torná-lo mais acessível. Sendo assim, diferente de matérias que antes eram publicadas apenas com textos e imagens, os recursos nele implementados permitem a visualização de vídeos que contam mais da história e traduzem em Libras partes do texto, uma vez que o espaço e tempo para toda essa apresentação se faz limitado. Caso esse material seja impresso em PDF, ainda assim, será interativo e possível de acesso em alguns campos adicionais com o uso da câmera do celular.

Então, mais do que um E-book, este produto educacional é um convite para revisitar e contribuir para cons-

trução e reconstrução das políticas educacionais e inclusivas para Surdos no Ifac, Campus Rio Branco. É um convite sobre eles e com a presença deles em cada pequeno detalhe (relatos, imagens, documentos coletados). Vamos, então, de mão dadas, cientes de que nossas mãos servem não só para movimentos e ações de precisão, mas também para funções mais sociais como cumprimentar, estabelecer acordos, demonstrar cuidado, empatia, afeto e, inclusive, para nos comunicarmos no mundo e com o mundo.



Acessível em
Libras

Autora: Ana Cládia Campos

Orientadora: Josina Maria Pontes





O fio da história

*É um fio longo, verde e azul, com
cheiro de limos, e tem a macieza quente
do lodo vivo.*

[...]

José Saramago



Acessível em
Libras

A Rede Federal de Educação Profissional no Brasil é apresentada por muitos autores como aquela que traz esperança e confiança para o futuro da educação profissional. Ela é percebida como a facilitadora da inserção e atuação no mundo do trabalho. Parafraseando o poema de José Saramago, podemos aludir que suas unidades de ensino são como fios que se estendem por todo o país, conectando comunidades diversas com propósitos comuns: oferecer ensino de qualidade e oportunidades de desenvolvimento para todos, incluindo Pessoas com Deficiência.

Até que se pensasse em um projeto de Educação Profissional que estivesse adequada a atender a vasta diversidade de alunos que ingressam as suas unidades em busca de formação (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, superdotação, Surdos e outras características), foi necessário um novo projeto de educação. As transformações para a solidez desse projeto vinham carregadas de desafios e esperança ao passo que cada nova etapa se misturava aos avanços da própria Rede Federal em território brasileiro.

Tais avanços podem ser interpretados como características centrais da vivacidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que, ainda hoje, encontra-se em franca expansão em território brasileiro e conta com 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e 22 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II. São 682 campi em 578 municípios do país e um milhão e meio de estudantes que frequentam um dos quase 12 mil cursos ofertados desde o nível básico até a

pós-graduação (MEC, 2022).

Desses 38 Institutos Federais, um deles é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), que em sua essência apresenta a mesma vitalidade dos demais Institutos Federais espalhados pelo Brasil, ou seja, tem em si, a macieza quente do

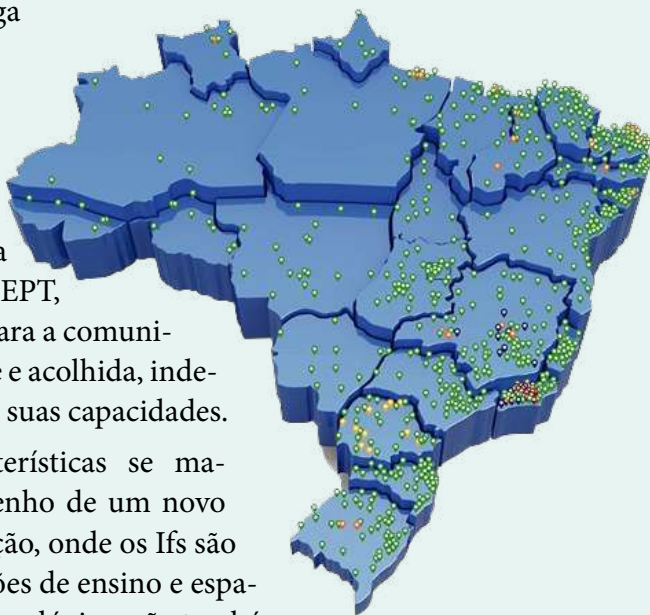
lodo vivo. O que significa dizer que mesmo sendo uma instituição jovem, o Ifac carrega em si uma nova concepção sobre o papel e a presença do Sistema de Ensino Federal na oferta pública da EPT,

proporcionando para a comunidade local, suporte e acolhida, independentemente de suas capacidades.

Tais características se materializam no desenho de um novo padrão de instituição, onde os Ifs são mais que instituições de ensino e espaços de inovação tecnológica, são também lugares de transformação e compromisso com a inclusão e a diversidade. Nesse sentido, o cheiro do limo, reporta as memórias e histórias de todo um processo. Mas vale dizer, que quando adentramos através do campo dialético, em assuntos tão complexos como a Educação Profissional direcionada a Pessoas com Deficiência (PCDs), percebemos

Rede Federal em Território Brasileiro

Fonte: MEC



que, por longos anos, as questões que estavam ali, a serem trabalhadas, eram tratadas como um fio solto em meio a um emaranhado de inconclusões.

Logo o entendimento sobre como deveria se dar o processo educacional e inclusivo, parecia escapar por entre os dedos à medida que se carecia de maiores delineamentos, conhecimento e análises mais aprofundadas para isso...

Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico: Linha do tempo



Fonte: CONIF

É um Rio de águas correntes

*É um rio.
Corre-me nas mãos, agora molhadas.
[...]*

José Saramago



Acessível em
Libras

Oficialmente, a história do Ifac começa a ser demarcada a partir do dia 13 de novembro de 2007, quando o Ministério da Educação (MEC) designou ao então Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM) a missão de implantar a Escola Técnica Federal do Acre. Então, no dia 28 de março de 2008, no auditório do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em Rio Branco, capital do Acre, aconteceu a primeira audiência pública. Nesta audiência, foi indicado a criação de uma Escola Federal na capital e duas unidades avançadas, uma em Sena Madureira e outra em Cruzeiro do Sul. Mas, somente a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; se criou, dentre outros institutos, o IFAC (ALVAREZ; ACÁCIO, 2019, p. 11; IFAC, 2022).

Atualmente, o Ifac conta com 6 unidades distribuídas em todas as regionais do Estado, sendo estas: 2 unidades em Rio Branco, 1 em Sena Madureira, 1 em Cruzeiro do Sul, 1 em Tarauacá, 1 em Xapuri e 15 polos com ofertas de cursos presenciais e à distância. Vale destacar que através de programas de formação inicial e continuada, em modalidade remota, os cursos já alcançaram os 22 municípios do Acre, em comunidades distantes como reservas e aldeias.



Construção do Campus Rio Branco

Fonte: IFAC

Construção do Campus Rio Branco



O Campus Rio Branco, teve o início de seus trabalhos, segundo Nery (2021, p. 76) marcado por uma intensidade de fluxos, processos administrativos e burocráticos sem tempo hábil para considerar a importância de uma preparação técnica para gestores, docentes e técnicos administrativos que não estavam amadurecidos para o exercício da função. A autora utilizou-se de uma metáfora de Giddens (1991) sobre a pós-modernidade, comparando o processo de implantação ao “carro de Jangrená”, veículo desgovernado. Parafraseando a metáfora, citada por Nery, fica o entendimento de que, apesar do medo e da sensação de falta de controle sobre os fluxos próprios da implantação, os servidores não tinham a opção de “sair do carro”, pois estariam diretamente envolvidos ao processo, transformando e sendo transformados ao longo do processo.

Nessa primeira fase os trabalhos aconteciam em um prédio localizado na Avenida Antônio da Rocha Viana, sem

muita estrutura física para receber com qualidade e equidade os novos discentes, que dentre estes, um era Surdo:

[...] naquela época não tinha cotas para deficientes. Então, esperei, passou um tempo e abriu vagas naquele prédio próximo ao supermercado que fica perto de um posto de gasolina. Era um prédio bem pequeno. [...] tinha um grupo pequeno de professores. Daí eu consegui uma vaga por sorteio. Lembro que lá tinha muitos problemas quando chovia. Então ficou uns meses parados, esperando até que a administração conseguisse um terreno, daí passou mais ou menos um ano construindo até a inauguração (S2, 2023).

O Campus Rio Branco é administrado por um Diretor Geral solidário administrativamente ao Reitor, conduzido pelo Regimento Geral do Ifac e pelo Regimento Interno. Com sua estrutura, oferta para a população local: formação inicial e continuada, cursos de nível médio (integrados e subsequentes), superior (licenciaturas, bacharelado, cursos superiores tecnológicos) e pós-graduação (lato e stricto sensu) com foco nos eixos de Gestão e Negócios, Segurança, Infraestrutura e Informação e Comunicação (IFAC, 2022, p. 37).



Desde a sua criação, o Campus Rio Branco, precisou estruturar várias medidas legais pensando nos alunos com deficiência, dentre elas: a criação do Plano de Garantia de Acessibilidade, que assegura direitos e promove ações que visam a integridade e o pleno desenvolvimento de pessoas com necessidades específicas (IFAC, 2020), e a implementação de coordenações que atuam em prol destes públicos, como por exemplo, “a Coordenação de Ações Inclusivas (COAIN) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que atuam, respectivamente na Pró-Reitoria de Ensino e nos campi do IFAC” (Ugalde, 2018, p. 67).

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades - Napne

O Napne se apresenta como o setor responsável pela gestão de ações de inclusão nos *campi*, e cada campus tem autonomia de buscar maneiras para “disseminar a cultura da inclusão e contribuir na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas” (IFAC, 2024).

No Ifac, o Napne foi instituído em 2013, a partir da Resolução IFAC nº 145/2013, e implementado em todos os *campi* da instituição (Ugalde, 2018, p. 68). Com todas as dificuldades relacionadas para um começo, em outubro de 2013, o Napne do Campus Rio Branco, deu início às suas atividades em condições bastante adversas, conforme relatos da primeira coordenadora, que na época estava recém-contratada, lotada no Campus Sena Madureira, e aceitou

colaborar na coordenação do Napne do Campus Rio Branco:

“Vim para tapar buracos. Em 2013 foi quando assumi o Napne, que até então era uma sala de guardar camisas. Lembro que era só uma sala que a gente passava e tinha o nome Napne, cheio de camisas. A partir de quando assumi essa coordenação, foi que pedi para arrumarem a sala. Então, busquei algumas coisas, tudo arcaico, tudo antigo, né? Mas era o que tinha” (G1, 2023).

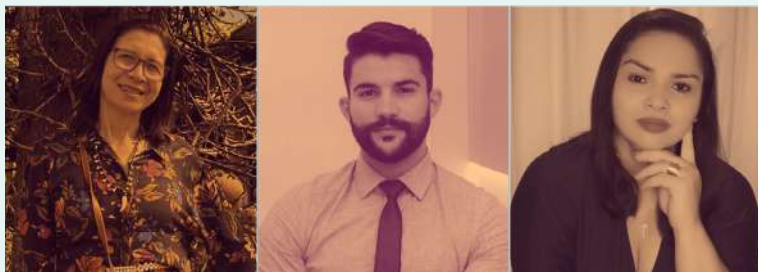
Em sua estrutura funcional, os Núcleos podem ser constituído pela presença de diversos servidores: o coordenador, o coordenador substituto (definido pela Direção-Geral do Campus), docentes, técnicos administrativos, entre eles, revisor braille e tradutor intérprete de Libras, discentes e comunidade externa (IFAC, 2013). Logo a equipe só pôde ser estruturada após os concursos que disponibilizaram vagas direcionadas à Educação Especial.

A contratação de profissionais para atuarem na Educação Especial foi gerada pela necessidade de serviços específicos e conforme fala de um dos coordenadores do Napne, G1 (2023), a crescente procura de Surdos para os cursos de formação profissional, justificou as vagas para os cargos de tradutor intérprete de Libras e revisor braille nos concursos de 2014 e 2016, os quais atuariam junto às ações do Napne. Assim, o quadro de TILSPs efetivados após o concurso de 2014, lotados no Campus Rio Branco, ficou da seguinte maneira: Regiane Freire; Elizanildo Weseu Lima, Denise da Silva Pontes; Kaio Patricio de Castro Lustosa. Somado a eles, o revisor braille Thiago Carvalho da Silva (empossado em 2017).

No concurso de 2016, as vagas foram distribuídas entre o Campus Rio Branco e demais regionais do Acre,

como mostra a seguir: Daniela Maria da Silva Vale (Campus Xapuri); Paulo Rodrigues de Souza (Campus Xapuri, atualmente lotado na reitoria em Rio Branco); Gabriel do Livramento Souza (Campus Tarauacá, atualmente lotado no Campus Xapuri); Mesezabeel Alves Rodrigues (Campus Tarauacá); Raimone Alves de Souza (Campus Cruzeiro do Sul); Ruan de Souza Carvalho (Campus Sena Madureira) e no Campus Rio Branco: Márcia José Pedro Guardia; Silvia dos Santos; John Kennedy Batista de Lima; Maria Dione Soares de Souza (lotada na reitoria). O Campus Rio Branco precisou de um número maior de intérpretes porque tinha um percentual maior de alunos Surdos (Napne, 2022).

O Napne do Campus Rio Branco, em seu tempo de existência, pode contar com a colaboração de 03 gestores portariados: a Professora Valdirene Nascimento da Silva Oliveira (23 de setembro de 2013 a 30 de abril de 2019); o servidor John Kennedy Batista Lima ((01 de maio de 2019 a 29 de março de 2022) e a Servidora Katia Simone de Lima Moreira (01 de maio de 2022 até a data atual).



Coordenadores do NAPNE

Fonte: Acervo Pessoal

Para que as políticas afirmativas, outrora já previstas nas Leis, Diretrizes e Bases se fortalecessem no Campus Rio Branco, ao ponto de se tornarem uma cultura institucional, o Napne teve que desenvolver um trabalho preponderante e contínuo, embora que a passos lentos, levando em consideração a várias barreiras no campo humano. Sobre isso, a coordenadora G3, apresenta em sua fala: “[...] ah, nas jornadas pedagógicas, o Napne está em todas, mas se você for ver, todo ano é a mesma coisa, quando chega na parte da apresentação do Napne, você conta os professores e outros servidores que ficam”. Tal apontamento feito por G3 pode ser confirmado na fala de uma docente em outro momento:

“[...] eu achei interessante que no último evento do CONC&T, tinha uma modalidade que era de práticas inclusivas. Talvez isso seja algo positivo que o IFAC faz: ‘de mostrar, por exemplo, as práticas docentes. A gente aprende com a experiência do outro colega, metodologias que foram positivas, porque nessa construção é muita troca um com o outro, né?’; [...] e, ao mesmo tempo, é triste perceber poucos aderindo” (P4, 2023).

Em maio de 2019, o Conselho Superior do Ifac, aprovou a Resolução nº 18/2019/CONSU/IFAC, que dispõe sobre a regulamentação das normas de organização, funcionamento e atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre. A Resolução traz em seu capítulo II, a finalidade do NAPNE:

Art. 2º O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE é um órgão de assessoramento que se encontra ligado a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi do Instituto Federal do Acre. Art. 3º O NAPNE é um setor de apoio, que responde pelas atividades de

inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas dos cursos regulares do Instituto Federal do Acre.

É fato que para que um espaço educacional se torne inclusivo é necessário o engajamento de toda a comunidade escolar; mudanças profundas no sentir, pensar e fazer uma educação inclusiva, com políticas públicas eficazes; além da participação ativa de toda sociedade civil. Sobre esse contexto, I2 afirma: “[...] na realidade é um processo, né!? Infelizmente nem tudo é às mil maravilhas, não. A gente continua galgando alguns caminhos que, aqui ou acolá, a gente continua pisando em algum prego enferrujado” (I2, 2023).

Promover o fortalecimento da cultura de respeito à diversidade, dentre outros é a missão de todos e o Napne segue empenhado e se fortalece a cada nova gestão, principalmente por contar com o apoio dos intérpretes que atuam para além da sala de aula, em projetos de pesquisa e extensão, como demonstrado “[...] eu peguei a época das vacas boas. A gente fazia oficina no integrado, vários cursos de extensão, teve na Oca, na Polícia Civil, na OAB, na Defensoria e outros” (G2, 2023):

“[...] o NAPNE sempre esteve trabalhando com ações em prol do Surdo. Então assim, mesmo que às vezes, a gente só veja as ações quando tá no grupão, mas todos aqui que são intérpretes, até o Thiago (revisor braille), todo mundo já submeteu projeto de extensão voltado pra ações direcionadas aos Surdos e PCDs. Eu trouxe mais de 50 jovens pra jogar futebol aqui né, masculino e feminino e um dos objetivos do projeto era justamente apresentar o instituto pra eles, mostrar que tem um espaço e uma quadra legal. A Silvia já fez curso de dança também” (I2, 2023).

“[...] essas oficinas de sensibilização em sala de aula, onde há o aluno com deficiência, indepen-

dente da deficiência, tinha tudo pra dar certo, mas não vão. Muitos professores saíam da sala, outros professores impediam os intérpretes de entrarem, lembra? Eu vi e ouvi professores dizendo: ‘tá dando aula de Napne, de deficiência, e partiu!’ (G1, 2023).

Atualmente, em meio a este cenário, os desafios são muitos e os avanços passam a ser efetivados de maneira tímida. É fundamental prosseguir investindo na formação continuada dos profissionais, na promoção de acessibilidade física e pedagógica para Surdos e outros alunos; é importante incluir a Libras como disciplina obrigatória a cada novo curso, seja para formação básica, tecnológica ou superior.

Equipe atual do NAPNE



Fonte: Acervo NAPNE

Descrição de Imagem: Grupo de treze (13) pessoas posando sorridentes para a foto: seis (6) são mulheres e sete (7) são homens.

GALERIA DE MEMÓRIAS

Fonte: Acervo NAPNE





Travessia

Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem.

[...]

José Saramago



Acessível em
Libras

A Educação Profissional acompanha o homem desde os tempos mais remotos, quando se transferiram saberes e técnicas profissionais pela observação, pela prática e pela repetição (Vieira e Júnior, 2017, p. 153). Mas no tocante à educação profissional direcionada a pessoas Surdas, os registros são quase inexistentes. Segundo os autores, em algumas culturas os Surdos eram impedidos de receberem esse legado, uma vez que eram considerados ineducáveis e inúteis pela coletividade e impedidos de desenvolverem suas habilidades e competências para um bem coletivo ou ainda para sentido de sua própria autonomia.

No Brasil, o registro da educação em caráter profissional data da vinda da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro, trazendo consigo artistas e aprendizes portugueses que necessitavam de formação específica (Garcia et al., 2018). No que se refere à “educação profissional” para Surdos, é possível identificar como marco a criação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, no Rio de Janeiro, conhecido atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Tavares (2018) afirma que no INES eram empregados: o ensino da linguagem articulada e leitura labial; instrução e ensino literário e, a obrigatoriedade de cursar o ensino profissional a todos os estudantes que estivessem “aptos a aprender”. Porém, é importante salientar que as propostas educacionais para pessoas com deficiência apareciam nesse cenário como atividade ocupacional e não com objetivo de emancipação profissional.

Naquela época não havia desenvolvimento de políticas emancipatórias para as classes de trabalhadores, desvalidos da sorte e de ações públicas. De acordo com Vieira

e Júnior (2017) a educação acadêmico e preparatória para a continuidade dos estudos, era destinada somente à elite, enquanto o ensino de atividades e trabalhos manuais, como: artesanatos, tarefas manufatureiras, carpintaria, serralheria, tecelagem, construção, entre outras as quais eram percebidas como atividades repudiáveis e indignas, estavam destinadas “a jovens e crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes” (Sales; Oliveira, 2011, p. 165).

A educação destinada às pessoas com deficiência, especialmente a educação profissional, ficou marcada por longos anos por uma perspectiva assistencialista, reforçando ainda mais no imaginário social os estigmas e a visão discriminatória de incapacidade intelectual dos Surdos. Tais pensamentos contribuíram para a perpetuação, no comportamento social, de estereótipos, discriminação, capacitismo, desigualdade social e econômica no país, gerando barreiras estruturais difíceis de serem ultrapassadas, principalmente para a atuação profissional, como vemos a seguir:

[...] Quando eu estava fazendo o curso de Informática e estudando para minha formação, me senti feliz, mas ao mesmo tempo pensava que não adiantava estudar, que ia ter dificuldade para encontrar vaga de trabalho. Eu mostrava o currículo às pessoas, e elas não aceitavam. Eu não conseguia passar em concurso ou processo seletivo (S1, 2023).

[...] Depois de um tempo entramos para Energiza, mas depois nos tiraram porque as vagas eram para ouvintes ou DA. Quando viam que era Surdo já tiravam, e aí fui embora. Eles não sabiam se comunicar, não sabiam Libras. Eu não lembro em que ano foi, se foi em 2014 ou 2015 (S1, 2023).

O exemplo de S1, egressa do Ifac, vê claramente, a

dificuldade enfrentada pelos Surdos para serem absorvidos nos espaços de trabalho. Para Frigotto et al. (2005), o trabalho é interpretado como uma atividade basal pela qual o ser se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa para a transição a um novo modo de organização da vida social: “[...] Aí comecei a tentar fazer um trabalho diferente, hoje sou professora de Libras, eu gosto, me sinto feliz dando aulas” (S1, 2023).

Na fala dos autores, entende-se que o trabalho assume um sentido de força vital, a exemplo das águas citadas por Saramago, que passam entre as palmas abertas e de repente, diz não saber mais se as águas nascem dele, ou para ele fluem. Assim pode ser interpretado o trabalho, como algo que flui do ser humano, enriquecendo e sendo enriquecido por ele. Mas para que os Surdos assumissem o seu lugar no mundo do trabalho, surgiu a necessidade de instituições que atuassem com responsabilidade e qualidade, diminuindo a distância entre o processo de formação e o campo de atuação profissional.

Barros (2016) é assertivo em sua fala quando diz que o progresso do processo de inclusão perpassa pela determinação do querer fazer e de primar pela eliminação das barreiras que impedem a participação de todos em alcançar uma educação de qualidade. Krebs (2017) apresenta a inclusão no Ensino Profissional e Tecnológico ofertado pelos Institutos Federais brasileiros, como um desafio, uma vez que essas entidades têm o compromisso social e legal de promover uma educação inclusiva e estruturas acessíveis a todos.

Linha do Tempo: Principais Marcos do Ensino Profissional no Brasil - Paralelo aos Acontecimentos para a Educação de Surdos em Contexto Geral

SÉCULO XVI

Meados do século XVI, as pessoas surdas ainda eram tratadas como seres inferiores, loucas, discriminadas e segregadas sob todas as formas sórdidas (Mori e Sander, 2015). Neste sec. Houve os primeiros relatos de educação para Surdos (Campello, 2008), Monge beneditino, chamado Pedro Ponce de Leon (1510-1584), que atuava no mosteiro beneditino de São Salvador, e o qual ficou conhecido como o primeiro professor de surdo. **Metodologia baseada no: oralismo, na escrita, na leitura e na filosofia.** Nessa fase, os Surdos passaram a ser considerados seres humanos com alma, com direitos e deveres.

SÉCULO XVIII

No século XVIII, surgem pela Europa, alguns educadores que, segundo Meserlian e Vitaliano (2009), pensando nas necessidades de aprendizagem dos Surdos, desenvolveram várias metodologias educativas, dentre eles, o abade francês Charles Michel de L'Epée (1712-1789). Que defendia que a língua de Sinais (como língua natural) era suficiente para que os Surdos desenvolvessem a linguagem.

A primeira escola pública para o ensino de Surdos foi fundada em 1775, por L'Epée, em Paris.

SÉCULO XIX

A partir de 1824, o ensino foi instituído para todos os cidadãos, destacando a necessidade de formação específica para os trabalhadores ligados diretamente à produção.

No Brasil, a história dos Surdos se iniciou em junho de 1855, quando o francês Ernet Huer (1822-1882) apresentou ao imperador D. Pedro II, um relatório cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para Surdos em território brasileiro.

SÉCULO XIX

Em 1857 foi dado início a educação de Surdos no Brasil com a fundação oficial do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), referência até os dias de hoje

Em 1880, aconteceu na Itália, o Congresso de Milão, evento que marcou a educação de Surdos no mundo inteiro, especialmente, porque foi declarado ali que o método para o ensino de Surdos a partir dali seria unicamente o método oral, erradicando as línguas de sinais por se acreditar que as palavras eram superiores aos gestos.

SÉCULO XX

Em meados de 1906, o então governador Nilo Peçanha, na República, criou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”.

A partir do ano de 1929, com o surgimento de várias instituições destinadas à educação de Surdos no Brasil, foi possível investir na produção de conhecimento em torno da educação de Surdos, e principalmente para que questões relacionadas à surdez fossem também objeto de pesquisa no campo da saúde.

Ainda na década de 30, no cenário político e social, algumas medidas apresentadas como “avanços legais”, tinham como objetivo manter pessoas com deficiência longe dos espaços educativos e do mercado de trabalho por meio de seguros e compensações financeiras, com intuito de aliviar a pobreza.

SÉCULO XX

De 1940 até 1964, a sociedade se movia em busca de mudanças educacionais consistentes para a educação profissional e básica.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases na década de 1960, os movimentos políticos e educacionais contribuíram para o enfraquecimento do método oralista, dando abertura para outros avanços importantes, como movimentos de reivindicação contra a forma como os surdos estavam sendo ensinados.

A abordagem de ensino na educação dos surdos que ganhou impulso nos anos 1970 ficou conhecida como Comunicação Total (Lacerda, 1998).

Em 1996 se estabeleceu uma nova Lei de Diretrizes e Bases, a de nº 9.394/96, na qual descreve a educação especial inclusiva como uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino.

SÉCULO XX

Na década de 1980 a Língua de Sinais Brasileira começou a ser defendida pela comunidade Surda em conjunto com os representantes das Associações e Federações de Surdos.

Nesta década os avanços da pesquisa e dos movimentos de Surdos impulsionou a conscientização e a valorização da língua de sinais brasileira nos currículos de ensino fundamental, médio e superior (Campello, 2008, p. 70).

A partir da década de 1990, a inclusão passa a ser percebida como um processo hegemônico e como resultado de um sistema de globalização”, contribuiu para que a inclusão fosse vista como uma necessidade fundamental para além do contexto educacional, atingindo também o mercado, tendo em vista que uma parcela significativa de pessoas com deficiência também era consumidora.

Campello (2008), escreve que em 1993, pelo ato ministerial, o INES passou a ser um centro nacional de referência na área da educação de surdos.

Até o final da década de 1990 o método de ensino adotado nos espaços educacionais acreanos direcionado para alunos surdos, ainda fazia referência à comunicação total.

No final da década de 1990, Araújo et al. (2020) apontam que as parcerias entre a Igreja Batista do Bosque e Secretaria de Educação alavancaram a formação continuada para os professores no Estado.

Em 2000, promulgação da Lei 10.098, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no cenário brasileiro.

SÉCULO XXI

Em 2002, foi sancionada a Lei 10.436, reconhecendo a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no país.

2008 – Criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei 11.892, em dezembro de 2008.

2010, criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco.

Em 2013 a partir da Resolução IFAC nº 145/2013, e foi implementado em todos os campi do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre, o NAPNE (Ugalde, 2018, p. 68).

Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005

Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.

2019 – 110 anos da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

A visão de ser Surdo

*Sobre a minha pele navegam barcos,
e sou também os barcos e o céu que os
cobre e os altos choupos que vagarosa-
mente deslizam sobre a película
luminosa dos olhos.*

[...]

José Saramago



Acessível em
Libras

O termo Surdo “[...] é tão abrangente que nos impede de levar em conta somente os graus de surdez imensamente variados; graus que têm uma importância qualitativa e mesmo existencial” (Sacks, 2010, p. 12). Para o autor, o entendimento sobre a conceituação deve partir da visão de que cada pessoa Surda é um “ser cultural”, embora tal clareza de entendimento seja algo bem recente. Atualmente o conceito de “ser surdo” afirma o Surdo, da mesma forma que o conceito “ser preto”, ou “ser indígena” definem essa ou aquela identidade.

No plano pessoal é comum que pessoas com surdez leve, moderada ou acentuada, referirem-se a si mesmas como tendo uma deficiência auditiva (DA) e não como “ser surdo”. Já as que têm surdez severa, profunda ou anacusia são consideradas Surdas. Tal entendimento acontece porque a visão disseminada ao longo dos anos se deu por uma perspectiva clínica ou orgânico-biológica, ou seja, quando “a surdez é vista como uma inabilidade do indivíduo diante de estímulos sonoros, uma privação sensorial causada por diferentes fatores, em qualquer fase do processo do desenvolvimento humano” (Soleman e Bousquat, 2021, p. 3).

Assim, o reconhecimento do Surdo, não só como tema de pesquisa, mas como alguém que demanda formulação de políticas públicas, exige, a priori, que se tenha clareza que se trata de um significativo contingente populacional, bem como de uma variação sobre o sentido de identidade. Para quem atua na área do ensino da Libras ou transita na comunidade Surda, é natural o uso da terminologia “Surdo” ao referir-se ao Surdo usuário da Libras. O termo parece, para alguns, pejorativo, mas para aqueles que utilizam a Libras como meio principal de comunicação, a palavra carre-

ga um sentido de identidade linguística, cultura e política.

A partir da década de 1960, por meio dos chamados estudos culturais, a cultura e a linguagem, ou as formações discursivas presentes na sociedade, passaram a ter papel de destaque na teoria do processo de construção cultural das identidades (Soleman e Bousquat, 2021, p. 2). Nota-se que tal clareza de entendimento sobre a influência da cultura para a conceituação do “ser surdo” é algo bem recente na história, assim como os estudos sobre a importância das línguas de sinais para pessoas Surdas. Os autores afirmam que para o entendimento da concepção socioantropológica sobre surdez, é importante lembrar que esta concepção está ancorada no referencial da cultura Surda e, ainda, para sentido de completude, no reconhecimento do status linguísticos das Línguas de Sinais (LS).

Isso nos mostra que reconhecer a Língua de um povo, é reconhecer uma cultura, uma identidade e considerar as diferentes formas de apreensão das informações e experimentação do mundo. Tal assunto é complexo e para Perlin e Miranda (2003) o conceito se esgota dentro da própria comunidade Surda:

“[...] não mais o conceito de deficiência, da clinalização, da cura, da incapacidade... não mais o conceito de ser surdo falante ou não falante, mas exclusivamente que pode utilizar-se da fala ou da língua portuguesa para intermediar o intercâmbio cultural” (Perlin e Miranda, 2003, p. 2).

Pode-se perceber ainda que “o termo “ser surdo”, concorre não somente para mover-se e ligar-se à comunidade Surda, mas também para a continuidade da exploração de novos níveis de significado” (Perlin e Miranda, 2003, p. 2). Strobel (2009), em seu livro ‘As Imagens do Outro Sobre

a Cultura Surda, afirma que essa mudança de visão é um processo permanente de respeito ao “ser surdo” que ao longo vai mudando a visão da história sobre quem é o Surdo, agregando valor de direitos culturais ao povo surdo, transformando as relações de poder, desde a vida cotidiana até os espaços mais públicos.

Strobel (2009b), salienta que por longo período da história os Surdos eram considerados deficientes, incapazes de aprender, desapropriados de seus direitos e da possibilidade de escolhas, não podiam casar, receber herança, frequentar espaços educacionais comuns aos ouvintes e outros. Isso porque a visão que se tinha sobre eles, era claramente limitada e restrita, interferindo negativamente sobre suas necessidades básicas, principalmente as educativas, ocasionando um prejuízo de anos.

Logo, é possível perceber que para desmistificar tantas impressões errôneas sobre os Surdos, fez-se necessário rever o próprio conceito de “ser surdo”, que em tempos mais contemporâneos, segundo Felipe e Monteiro (2006) é percebido como um traço de identidade. Para elas, os Surdos, são os que estão politicamente atuando para terem seus direitos de cidadania e linguísticos respeitados e fazem uma distinção entre “ser surdo” e “ser deficiente auditivo” (Felipe e Monteiro, 2006, p. 109).

Assim, percebe-se que “tal distinção está no modo de apreender o mundo, que gera valores, comportamentos comuns compartilhados e tradições sócio interativas, e este modus vivendi está sendo denominado de Cultura Surda” (Felipe e Monteiro, 2006, p. 109). Então, se tivéssemos que resumir em um parágrafo o que é “ser surdo”, na visão de Perlin e Miranda (2003) a resposta seria: ser surdo é uma

questão de vida. Ser surdo não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Desta experiência visual surge a cultura Surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico (Perlin e Miranda, 2003, p. 2).

Tais definições vão além e não são, contudo, suficientes para um conceito fechado do sentido de ser Surdo. Dentro das posições culturais, a palavra “ser surdo” assume uma política para a identidade, diferença e alteridade” (Perlin, 2003, p. 18). Saramago, por sua vez, quando em seu poema, ao referir-se sobre a construção do ser, afirma que sobre a sua pele navegam barcos, o que sugere a sensação de conexão entre o ser e o ambiente, entre o ser e o mundo ao seu redor. É nesse sentido, que o Surdo assume uma maneira singular de interagir, onde a pele é a fronteira do corpo com o mundo exterior e as imagens simbolizam, não só a passagem do tempo, das experiências e influências externas, mas a maneira natural do Surdo de registrar tudo isso.

O poeta parece captar uma unidade entre o ser e os elementos da natureza, e trazendo para o contexto da pesquisa, podemos aludir que o Surdo, ao longo do tempo, deixou de ser apenas um observador passivo de sua própria história, passou a ser alguém que se relaciona integralmente com tudo que descreve sobre si. E como sugere o poeta, ora somos como barcos, ora como céu, ora como árvores (choupos), modificando as barreiras e entraves dos constructos sociais que os definiam como incapazes.

Em resumo, as metáforas visuais e sensoriais aqui apresentadas por Saramago, podem falar muito sobre como somos parte do universo e o universo está dentro de cada

um, e tudo isso captado através da “película luminosa” ou seja, através da delicadeza e sensibilidade do olhar. Os Surdos têm, portanto, suas percepções de mundo configuradas na captação de imagens e sensações visuais, sentidas através de infinitos e profundos estímulos visuais.

O que nos constitui?

Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas águas como os apelos imprecisos da memória. Sinto a força dos braços e a vara que os prolonga.

Ao fundo do rio e de mim, desce como um lento e firme pulsar do coração.

[...]

José Saramago



Acessível em
Libras

Ao selecionar acontecimentos do passado, capturam-se momentos significativos para a construção de narrativas sólidas, essenciais para a preservação cultural e compreensão mais ampla da condição humana e da visão do Surdo enquanto sujeito ativo numa sociedade atual. Como afirma Strobel (2009b) para que as narrativas das histórias e memórias do povo surdo assumissem um sentido científico, foi importante que os fatos selecionados fossem organizados e dialetizados de forma crítica; e por que não também poetizados?

Para entendermos esse processo, mergulhamos nas memórias, frequentemente imprecisas e vagas, que oscilam e fluem e; tal como sugere Saramago, embora as lembranças não sejam estáticas, se movam e mudem de forma, mesmo assim, nós, nos aventuramos no mergulho delas, assim como os peixes mergulham entre as águas. Por assim dizer, as narrativas das experiências de vida dos Surdos apresentadas ao longo dos anos mostram que “não existem só as versões de professores, ouvintes, abades, médicos, políticos e outros” (Strobel, 2009a).

Strobel (2009a) nos apresenta o surgimento de “novas fontes”. E quem são estas? São os próprios Surdos, que por longos anos tiveram suas “vozes” silenciadas, mas que em meio aos desafios, “com força dos braços e a vara que os prolonga” assumem seu lugar de fala. Aqui, na fala de Saramago, temos no simbolismo da força dos braços, uma imagem do árduo trabalho de quem com esforço busca algo, e na simbologia da vara uma extensão dos braços, demonstrando a capacidade humana de alcançar além de si mesmo e interagir com o mundo, tal como o posicionamento de afronta à repetição de comportamentos sociais

acríticos, herdados do pensamento positivista persistente e bastante difundido durante o século XX.

Para que houvesse uma mudança de visão, foi imperativa a valorização da memória individual e coletiva nos processos de definição e entendimento sobre o povo surdo, sobre a comunidade local ou sobre o surdo enquanto indivíduo. Segundo Nora (1993), o dever de recordar faz de cada um o historiador de si mesmo, e não só os profissionais do círculo dos historiadores podem narrar os fatos históricos, mas todos aqueles que pertencem a um processo histórico, sejam intelectuais ou não, sábios ou não, grandes grupos ou minorias.

A autora diz que tal movimento caracteriza-se por uma “sociedade já despertada do seu sono etnológico pela violação colonial”, ou seja, é a descolonização no interior de cada indivíduo abrindo caminho para democratização do seu lugar de fala. Nesse sentido, a passos lentos, o Surdo passa a ocupar o seu lugar nas narrativas de sua própria história e, instituições como os Institutos Federais empenham-se em ocupar-se na preservação dessas memórias.

Dentro de um contexto social cada indivíduo é atravessado pelas redes de solidariedade múltiplas que o cerca, fazendo emergir uma consciência social que lhe proporciona sentido de identidade, mesmo sem que este se dê consciência disso. A exemplo disso, Candau (2016) afirmar que se andamos de bicicleta sem cair ou saudamos uma pessoa que encontramos na rua, fazemo-los porque adotamos uma gestualidade incorporada, sem nos darmos conta sobre isso, mas tal coisa acontece em detrimento ao que o autor nomeou de proto-memória (ou primeira memória).

Este termo refere-se à “memória social incorpora-

da, e pode ser confundida com o habitus apresentado por Bourdieu” (Candau, 2016, p. 303). Para ele, o habitus como experiência incorporada é uma presença do passado - ou no passado - e não a memória do passado e a proto-memória, de fato, “é uma memória imperceptível”, que ocorre sem tomada de consciência, tal como se expressa, nos gestos, nas práticas e na linguagem, cujo exercício é realizado quase automaticamente, sem um julgamento prévio sem tomada de consciência” (Candau, 2016, p. 23).

É graças ao que se conhece por proto-memória que um sujeito incorpora em si, no seu próprio jeito de ser e de ver o mundo, os traços pertencentes a um modo de vida coletivo. E aonde quero chegar? Que as ideias estruturadas no subconsciente de cada Surdo sobre sua identidade, individual e coletiva, quanto sujeitos incapazes de autonomia, melindrados de ocuparem seus lugares nos espaços sociais, educacionais e seio familiar, foram fortemente reforçadas por estruturas coletivas que lhes apontavam distorcidamente quem eram e o que mereciam.

“[...] quando eu estava fazendo o curso de informática, estudando para minha formação, me senti feliz, mas ao mesmo tempo pensava que não adiantava estudar, que ia ter dificuldade para encontrar vaga de trabalho. Eu mostrava o currículo as pessoas não aceitavam, não conseguia passar em concurso ou processo seletivo. Depois de um tempo entramos para um estágio na Energisa, mas logo nos tiraram porque as vagas eram preferencialmente para ouvintes ou DA. Achavam que os surdos não sabiam ler. Às vezes a gente falava que o surdo tinha filho, que precisava trabalhar igual a todo mundo e mesmo assim eles nos tiravam e depois preenchiam as vagas com um DA (S1, 2023).

Aqui na fala de S1 vemos com clareza um exemplo das barreiras estruturais no imaginário social, bem como

no próprio modo de se reconhecer que os Surdos tiveram de vencer. É preciso pensar sobre o que se entende ou como se entende a identidade da pessoa Surda, para traçar políticas públicas educacionais adequadas. Nesse caminho, os Grupos Focais realizados, incentivam o surgimento de uma nova consciência social onde se reconhece a importância de pesquisar a história dos Surdos e as memórias relacionadas a um contexto local, pois tais registros fazem parte da preservação da identidade coletiva (no campo social ou institucional) e são necessárias para a compreensão do Surdo enquanto ser que está em constante transformação.

Não são apenas memórias...

*Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio.
[...]*

José Saramago



Acessível em
Libras

Muitas instituições de ensino guardam com zelo as memórias sobre os seus desafios e conquistas. No caso específico do Ifac, o incentivo para o registro de suas memórias surge a partir do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Campus Rio Branco, na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no Macroprojeto de Histórias e Memórias no contexto da EPT.

Entre os trabalhos já publicados, um deles, o da pesquisadora Elane Silva (2021), tem alcançado reconhecimento pelos pares e pelo próprio ProfEPT, pois apresenta os “10 Anos do Instituto Federal do Acre (IFAC), a partir das histórias de vida e trabalho no Campus Rio Branco” porém, nada trata sobre a inclusão na instituição. O fato de não encontrarmos tantos trabalhos que apresentem a inclusão de Surdos na instituição talvez se dê pelas limitações de tempo e/ou pela própria falta de interesse ao tema.

Nesse sentido, quando se trata da educação inclusiva dos Surdos no Ifac, há elementos importantes da história que escapam aos relatórios formais e documentos oficiais. Logo, é nas lacunas entre os registros institucionais e relatórios que podem ser encontradas as vivências/memórias não contadas. Uma riqueza de memórias que merecem ser exploradas e preservadas.

Onde nascem as memórias: para além dos documentos Institucionais

Os registros institucionais apontam o ano de 2013 como marco das ações direcionadas à Educação Especial e Inclusiva no Ifac, em detrimento ao início da atuação do Napne. Porém, de acordo com os relatos coletados a partir das memórias dos participantes dos Grupos Focais, os marcadores indicam que o início das ações afirmativas em prol da educação especial e inclusiva, data a partir de 2011, período da chegada do primeiro Surdo ao Ifac. Tais lacunas serão exploradas através das memórias e experiências daqueles que viveram e testemunharam a origem do processo no campus local.

Durante a realização dos Grupos Focais, foi possível identificar conteúdos relacionados a 2011, ano em que ocorreu a divulgação do processo seletivo para o Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Segurança do Trabalho. Essa divulgação resultou na primeira matrícula de um aluno Surdo no Campus Rio Branco, conforme relatado: ‘[...] eu não lembro exatamente o ano em que [nome do aluno] ingressou no Ifac, mas lembro que ele foi nosso primeiro aluno surdo’ (P4, 2023). Para confirmar a fala da docente, temos o relato do egresso:

“[...] naquela época, 2011, não tinha cotas para deficiente, esperei abrir vaga naquele prédio próximo ao supermercado que fica perto de um posto de gasolina. Era um prédio bem pequeno... não tinha documento específico próprio do Ifac atestando a surdez, eles olhavam e tentavam se comunicar comigo através da fala. Lembro que a maioria era ouvinte. Não tinha intérprete, não tinha

documento para solicitar em caráter de urgência o serviço do intérprete. Foi quando a Associação de Surdos, na pessoa da Rosália, pediu liberação, por meio de documento explicando a necessidade de contratação de intérprete — o Ifac alegava não ter recurso e que tinha que esperar vir recurso de Brasília — foi quando tiveram a ideia de chamar alguém do CAS como voluntário. Pediram autorização da coordenadora do CAS, que na época era a Socorro. No começo não tinham vagas específicas para surdo e nem intérpretes no antigo prédio. Quando veio para cá, aí, sim, começou tudo novo e, eu entrei por sorteio geral, fui o primeiro surdo” (S2, 2023).

Estas e outras memórias contribuíram para o entendimento que a partir da primeira matrícula de Surdos, foram geradas demandas para as quais o Ifac não estava preparado “[...] no início não havia acessibilidade, não havia intérprete, não tinha sinalização de absolutamente nada, nem para Surdos e nem para ninguém” (G1, 2023). O impacto desse processo foi sentido por todos, em especial pelos professores que, a partir dali, passariam a conviver com alunos Surdos e seu modo singular de comunicação, para o qual, não se sentiam habilitados “[...] eu lembrei agora que na época fiquei muito preocupada, pensando ”gente, como vou adaptar as minhas aulas?” (P3, 2023).

Com as demandas emergentes, o Ifac precisou tomar medidas rápidas para assegurar os direitos à inclusão e acessibilidade para este público. Uma dessas medidas foi buscar junto a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEE), a disponibilização de alguns intérpretes de Libras (TILs) - profissional capacitado e habilitados para promover a acessibilidade linguística entre o aluno Surdo e comunidade escolar - que passaram a atuar temporariamente no

campus Rio Branco.

As primeiras intérpretes de Libras cedidas pelo Estado, em 2011, foram Eliane Gurgel e Edileuza dos Santos de Oliveira (conhecida como Fofa), e, em 2012, Elizangela Bonfim. A parceria entre a SEE e o Ifac contou com a mediação da Associação de Surdos do Estado do Acre (ASSA-CRE) e o suporte do Centro de Apoio ao Surdo do Estado do Acre (CAS), que, além de disponibilizar as profissionais, também promoveu o primeiro Curso de Libras em nível básico:

“[...] eu lembro quando o campus ainda era lá na Antônio da Rocha Viana, isso em 2011, o Ifac ofertou um curso de extensão em Libra. Eu lembro que foi lá que recebi o meu sinal e me lembro da Suerda, essa era a pessoa lá da secretaria de educação” (P3, 2023).

A partir de então, a presença do intérprete, no campus, proporcionou alívio para toda comunidade acadêmica, em especial, para o Surdo, colegas de classe e docentes, como aparece na fala de uma professora, referindo-se a suas primeiras memórias sobre o processo “[...] aí a intérprete falou assim: ‘não se preocupa, continua o teu planejamento que quem cuida da interpretação sou eu’; aí eu comecei a falar a aula mais devagar porque sou muito acelerada, né? Foi um alívio” (P3, 2023). Os relatos evidenciam que no início, os intérpretes eram os responsáveis por esclarecer e integrar os Surdos recém-chegados à comunidade acadêmica e ainda adaptar materiais para as aulas:

“[...] aí no final da aula falei ‘professor, sou intérprete das meninas’, aí ele disse ‘então, como vai ser? Elas vão apresentar os trabalhos ou vai ser preciso tudo escrito?’ Aí, eu fui explicando justamente isso: ‘não, os trabalhos, elas vão apresentar. Só que assim, vai ser tudo do jeito delas, em Li-

bras, vai ser no tempo delas”. E fui adaptando as coisas” (I1, 2023).

Com a ampla divulgação feita na comunidade pelos próprios Surdos e intérpretes, informando que o Instituto Federal do Acre passara a disponibilizar acessibilidade em Libras nos cursos para Formação Profissional e Tecnológica, resultou em um aumento de matrículas. Esse crescimento acelerado, embora positivo em sua essência, gerou uma série de desafios que demandavam soluções imediatas.

Entre os principais problemas citados pelos participantes dos Grupos Focais, realizados no início do processo, destacavam-se a escassez de intérpretes, a falta de materiais didáticos adequados e a infraestrutura precária para atender às necessidades dos alunos Surdos. Diante da impossibilidade de contratar novos profissionais por meio de concursos públicos em curto prazo, a instituição optou por uma solução alternativa rápida e eficaz: a contratação terceirizada de intérpretes qualificados através da Associação dos Tradutores e Intérpretes de Libras do Estado do Acre (ASTILEAC). Alguns dos profissionais hoje concursados na instituição participaram desse momento e destacam:

“[...] entrei aqui em 2012, pela ASTILEAC na época eu interpretava para duas Surdas; [...] eu vim para substituir outra intérprete” (I1, 2023)

[...] a gente meio que chegou de paraquedas, eu não sabia qual era a sala que ela estaria, aí fiquei procurando até que encontrei a Surda e ela se apresentou. Quando cheguei na sala o professor tava falando e eu pensei ‘e agora, como é que vou chegar pra ele e dizer: oi, professor e tal?’; mas assim, era um professor muito bom, muito legal de conversar” (I1, 2023).

Entre 2013 e 2014, a ASTILEAC disponibilizou 18

TILSPs para atuarem temporariamente no campus Rio Branco. Destes, conforme relato da ex-presidente da Associação, 14 intérpretes para o turno diurno e 4 para o noturno, incluindo substituições. Vale destacar que essa medida foi tomada em um contexto de reivindicações políticas por parte da comunidade Surda, que exigia o cumprimento das leis que garantem a acessibilidade em Libras. Aconteceu que antes da chegada dos TILSPs, os Surdos se mobilizaram em frente ao Ministério Público, liderados por representantes da própria comunidade com o apoio da Assacre, intérpretes, pais de Surdos e do Vereador Marcelo Jucá.

[...] eu lembro que teve uma vez que precisamos ir ao Ministério Público, porque não tinha intérprete. Em 2012, teve um período que não tinha intérprete, sofremos muito. O professor chegava com as atividades e só jogava. Era angustiante. Falei para Verônica “calma, não desiste não, eu vou com a minha mãe no Ministério Público, cobrar deles o nosso direito”. Aí, eu pedi para outros nos ajudarem, nos apoiarem, independente se era do curso de Informática ou de outros cursos; isso não importava. Tinha vários surdos. Aí depois contrataram mais intérpretes e tudo melhorou. Fiquei muito feliz. Cheguei a reprovar em algumas disciplinas, mas a gente continuava a vir sozinhas. Era um sofrimento. Durante as atividades não tinha apoio. Nós duas sempre fazíamos as atividades juntas, algumas coisas pesquisávamos no celular, tentávamos responder anotando. Depois conseguimos passar e foi um alívio” (S1, 2023).

De acordo com S1, egressa do curso de Informática, embora a chegada de mais intérpretes tenha facilitado a comunicação e o aprendizado, o período de adaptação foi muito desafiador. A que se pese, a mobilização foi fundamental para pressionar a gestão a tomar medidas concre-



Despacho de solicitação de intérpretes

Fonte: Acervo pessoal

tas que garantisse uma educação acessível e inclusiva aos alunos Surdos, mas o medo das interrupções de contrato era recorrente, sobretudo para o corpo docente que se percebia exposto, tal como pode ser observado: “[...] o contrato foi como licitação e emergencial porque tinha que cobrir imediatamente uma demanda. Então assim, foi um período mega

turbulento e depois disso teve muitas discussões ainda” (P1, 2023). Sobre isso, vemos também: “[...] O problema foi quando não tinha intérprete. [...] aí teve a associação, mas



Reivindicação para Intérpretes e Instrutores de Libras

Fonte: Acervo pessoal



quando vencia o contrato e ficava sem intérprete, como é que a gente fazia com o aluno sem intérprete?” (P3, 2023).

Sanadas algumas barreiras de ordem organizacional, outras dificuldades iam surgindo em meio a rotina institucional. Na Visão dos TILSPs suas presenças em sala de aula inicialmente eram recebidas com estranhamento por alguns professores. Os intérpretes acreditavam que o incômodo se justificava pela falta de familiaridade dos docentes com a Libras, pelo receio de mudanças na dinâmica das aulas e somado a estes, a falta de conhecimento das reais necessidades dos alunos Surdos, tornando o processo mais desgastante e complexo:

“[...] teve um professor, ele era muito formal, muito técnico, até pra interpretar ele era complicado. Às vezes a gente conversava: ‘professor, o senhor poderia tentar ser um pouco menos formal, ou então, buscar palavras do cotidiano pra que melhore a interpretação?’ Então, ele às vezes, era irredutível” (G3, 2023).

“[...] é muito legal quando o professor percebe por

si só que ele pode fazer diferença, às vezes mudando pouca coisa, como por exemplo a forma de falar, e isso já melhorava a interpretação também, porque do nada ele falava ‘pregão’, que diabo é pregão? Ele não dava tempo pro intérprete processar e tentar explicar isso pro Surdo, porque se a gente falasse ‘pregão’ o Surdo ia achar que era um prego gigante, né?” (G2, 2023)

Sobre o exposto nas falas dos intérpretes, que no momento do Grupo Focal estavam represando a gestão, os docentes esclareceram que ao terem conhecimento da presença de alunos Surdos e dos intérpretes, ali, na sala de aula, o sentimento era de total surpresa. Como não eram informados previamente, não tinham tempo hábil para se prepararem e ficavam apreensivos quanto aos processos próprios da sala de aula. No entanto, descreveram a presença dos TILSPs através de um reconhecimento genuíno, como profissionais essenciais ao desenvolvimento educacional e inclusivo desses alunos.

Na época, para a maioria dos docentes, constavam preocupações de outra ordem: será que o aluno Surdo está aprendendo de fato os conteúdos? Será que os conteúdos são repassados na íntegra pelo intérprete? Será que há eficácia na Língua de Sinais, considerando a natureza do conhecimento técnico científico a serem ensinados? Será que a tradução está sendo realizada com fidedignidade?

“[...] então às vezes eu percebia que de um parágrafo de umas três frases que eu dizia, ele resumia pra poder chegar à informação de forma mais objetiva pro estudante. Então, às vezes, eu tinha muita frustração se realmente o aluno estava conseguindo captar pela tradução do intérprete. Porque o intérprete não dava conta mesmo da quantidade de conteúdo, ele não tinha tempo de estudar por

mais que a gente enviasse o conteúdo com antecedência, ele não tinha tempo de estudar, era uma realidade, né?! [...] Então, tinham muitos termos que eles não conheciam. Às vezes, alguns assuntos eles pediam pra eu explicar pra ela “professora me explica isso aqui”, aí eu ia explicava e depois ela passava pro estudante. Então eu me lembro dessas dificuldades mesmo: de dar um conhecimento técnico, e de como era levado pro estudante, essa era uma dificuldade que eu percebia e eu ficava um pouco frustrada com isso (P4, 2023).

Indagações compreensivas e pertinentes foram levantadas pelos grupos, se levarmos em consideração que antes de 2002, o ano de aprovação da Lei 10.436, que reconhece a Libras como língua oficial da pessoa Surda, os cursos para formação superior e técnica, ainda não haviam acrescentado aos seus Planos de Cursos, disciplinas que abordassem sobre a Educação Especial, Inclusão ou Libras. Foi depois do Decreto 5.626 de 2005 que os espaços educacionais levaram mais a sério as exigências impostas na legislação, como aparece nas falas a seguir:

“[...] é muito complicado quando se vai falar de educação inclusiva: ‘naquela época em que eu me formei nem tinha essa obrigatoriedade que tem da Libras, né?! Se eu não me engano foi bem mais focado a partir da lei que é de 2002; então foi devidamente cobrado lá por 2008” (P4, 2023).

“[...] em pedagogia não tive. Tinha uma disciplina recém iniciada que eu lembro que a professora que ministrava não tinha menor domínio em 2003. Ela não sabia o que dizia, é tanto que, como eu já estava na área, tinha mais domínio da disciplina” (G1, 2023).

[...] eu formei mais recente e na minha formação teve. Na Fonoaudiologia a gente tem algumas dis-

ciplinas voltadas para educação com essa questão da inclusão da pessoa com deficiência. A disciplina trabalha com essa parte de organização pedagógica, reorganização pedagógica voltada para essa parte de adaptação curricular e tudo mais” (G2, 2023).

Como se ver, foi um caminho árduo que exigiu muitos embates e diálogos. E como afirma Candau (2016), a memória é um olhar do presente sobre o passado em uma construção continuamente atualizada e seu compartilhamento contribui para a construção de um sentido coletivo e de preservação da identidade de um grupo ou comunidade. Nesse sentido, lembrar faz parte. É possível afirmar que os docentes daquela época já tenham se habituado e aprimorado seus conhecimentos, sabendo lidar hoje com todas as questões apontadas; ao passo que os intérpretes seguem novos desafios a partir da vivência em novos cursos, novos docentes e novos discentes, em um processo de constantes recomeços, como mostra a seguir:

“[...] sempre aparecia a necessidade de uma nova apresentação a cada nova turma ou espaço que fôssemos atuar” (I3, 2023).

“[...] não deu pra me apresentar quando cheguei porque já tava rolando a aula e eu só sentei e bora lá [...]; então, o professor olhou e continuou a aula dele (risos). Mas deve ter se perguntado ‘quem é essa aí?’ Aí, no final da aula, falei:

_ Professor, sou intérprete das meninas!’ Aí ele disse:

_Então como é que vai ser? Elas vão apresentar os trabalhos ou vai ser preciso tudo escrito?

Aí eu fui explicando justamente isso [...], que os trabalhos elas iam apresentar. Só que assim, seria tudo do jeito delas, em língua de sinais e no tempo delas” (I1, 2023).

“[...] ele falou assim: ‘eu vou repetir pela última

vez, e elevou o tom de voz: ‘só vou começar a aula na hora que vocês estiverem todo mundo organizado’ (sic); então, eu levantei a mão e perguntei:

_ Professor, é comigo?

_ Sim, senhora. Tem como você colocar a sua cadeira ali?

_ Prazer, eu sou a sua intérprete.

_ Como assim minha intérprete?

_ Esse aqui é o seu aluno surdo.

_ Meu Deus do céu, não me avisaram, não me falaram!

_ Então, professor, eu estou aqui para ter acessibilidade na sua aula” (I3, 2023).

Vale deixar dito que para situações como as relatadas por I1 e I3 pudessem ser evitadas, era necessário que desde o início, lá na criação do PDI, a gestão tivesse promovido ações de preparação e diálogo envolvendo toda a comunidade acadêmica. Assim, não haveria a necessidade de constantes apresentações e explicações dos TILSPs, sobre o seu próprio papel, deixando de gerar a partir disso sentimentos de exclusão, de não pertencimento ou estranhamento, principalmente do aluno Surdo.

Em 2014, finalizado o contrato com a ASTILEAC aconteceu também um dos maiores concursos realizados pelo Instituto Federal do Acre com vagas para 106 docentes e 202 técnicos (IFAC, 2014a). Este foi o primeiro concurso com vagas efetivas para Tradutores Intérpretes de Libras e Revisores Braille realizado pelo Ifac, mas as contratações para os novos cargos, iniciaram apenas em 2015. Em 2016 aconteceu um outro concurso, e desta vez, as vagas para intérpretes, 10 ao total, foram direcionadas, não apenas para o campus Rio Branco, mas também para suprir as necessidades de acessibilidade nos campi do interior: Sena Madureira, Xapuri, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Com a efetivação dos intérpretes, o medo que pairava sobre a possibilidade de escassez de profissionais, foi superado. Mas, a exemplo das falas citadas em parágrafos anteriores, percebe-se que a dificuldade para a construção de um ambiente escolar mais participativo e democrático ia além disso; há um paradoxo a ser superado, e este, intimamente relaciona-se a necessidade de mudanças estruturais para complementar os progressos já feitos, uma vez que tais práticas exigem tempo e planejamento contínuo, como demonstrado pelo coordenador G2 (2023) “eu assumi em 2019 como coordenador e o setor já tinha passado por um processo de muita aprendizagem, a gente já estava mais alinhado, mas sempre há mais a ser feito”.

Na Resolução vigente de nº 18/2019/CONSU/IFAC, de maio de 2019, aprovada pelo Conselho Superior do IFAC, mostra que o Ifac continua discutindo e pensando não só nas normas de organização e funcionamento, mas também nas atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Esse e outros já citados, são exemplos de ações que possibilitam a construção de uma instituição educacional onde todos os alunos, sem distinção, se sintam acolhidos, respeitados e com possibilidades de oportunidades reais no mundo do trabalho:

[...] sobre a minha formação aqui no Ifac, comecei em 2017, mas antes em 2016, a professora Eliane Barth de Ciências, me chamou pra fazer a inscrição do curso de Química e Ciências, fiz a inscrição junto com mais 7 Surdos. A professora sabia Libras e isso ajuda muito. Esse curso me motivou a querer fazer outros cursos, então depois eu me matriculei novamente” (S3, 2023).

“[...] Quando eu tava fazendo o curso de informática estudando pra minha formação, me senti feliz,

mas ao mesmo tempo pensava que não adiantava estudar, que ia ter dificuldade para encontrar vaga de trabalho. Eu mostrava o currículo as pessoas não aceitavam. Eu não conseguia passar em concurso ou processo seletivo; [...] aí comecei a tentar fazer um trabalho diferente e hoje sou professora de Libras. Eu gosto, me sinto feliz dando aulas. Mas mesmo com o passar do tempo, uma coisa não mudou, ainda me sinto sozinha, sem comunicação, não tem outros surdos lá, mas me esforço por causa do salário. Às vezes, alguns ouvintes vêm até mim para bater papo” (S1, 2023).

No que diz respeito às relações interpessoais, é possível que ainda leve um bom tempo para se construir pontes e desconstruir todas as barreiras que foram levantadas no imaginário social sobre as pessoas Surdas. E embora o estudo do passado não nos dê uma visão total dos fatos, ainda assim, nos possibilita no tempo presente alcançarmos uma visão mais próxima das histórias e memórias vivenciadas pelos Surdos; uma vez que a memória é um mecanismo de constante (re) organização do passado.

Ainda há muito a ser conhecido, interpretado, analisado, tanto que não caberia nestas resumidas laudas, no entanto, algo se sabe a partir de tais achados, é que ficam ainda muitas lacunas e questionamentos a serem respondidos. No que tange a trajetória dos Surdos no Campus Rio Branco, tal processo reflete os desafios enfrentados e os progressos alcançados ao longo dos anos, desde as primeiras audiências públicas até a consolidação de uma estrutura que acolha a todos sem distinção de classes ou identidades, como é proposto pela bandeira dos Institutos Federais.

então...

*Aí se fundem numa só verdade as
lembranças confusas da memória e o vul-
to subitamente anunciado do futuro.*

[...]

José Saramago



Acessível em
Libras

O mergulho na história e nas memórias individuais e coletivas relacionadas à educação inclusiva dos Surdos no Instituto Federal do Acre se apresentou como um desafio, dado o caráter complexo e cheio de particularidades próprias do processo de implementação e registro.

O esforço de registrar principalmente as memórias da educação e inclusão de Surdos no campus Rio Branco com base nos relatos de participantes de Grupos Focais revela que a educação dos Surdos vem sendo construída através de diferentes olhares, espaços e tempos na sociedade.

A investigação resultou numa análise crítica dos processos educacionais dos Surdos ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais, destacando como as histórias e memórias se entrelaçam para criar movimentos sociais e culturais, além de preservar a identidade Surda.

Nesse sentido, vale ressaltar que foram os movimentos e avanços legais que trouxeram aos Surdos do Acre a visibilidade sobre a cultura Surda, tornando possível e necessário o acesso permanência e êxito nos espaços educativos regulares, abrindo caminho para que a educação do Acre deixasse de formar cidadãos acríticos e incapazes de questionar ou romper as estruturas vigentes ou ainda dóceis o suficiente que bem se adaptassem ao meio, por vezes tão bem que parecessem invisíveis.

*Haverá o grande silêncio primordial
quando as mãos se juntarem às mãos.
Depois saberei tudo.
[...]*

José Saramago



Acessível em
Libras

Referenciais Teóricos

ALVAREZ, C. P. T.; ACÁCIO, M. L. B. M. Caminhos para a consolidação do currículo da educação profissional integrada ao ensino médio: a experiência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. In: SOBRINHO, S. C.; PLÁCIDO, R. L.; RIBEIRO, E. A. W. (orgs.). Os “Nós” que fortalecem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: Experiência e Expertises nos/dos Institutos Federais. Blumenau: IFC, 2019.

ARAÚJO, N. R. S. de; SOUSA, A. M. de; BEZZONI, A. C. Educação de Surdos no município de Rio Branco. Revista Porto das Letras, v. 6, n. 6, p. 369-389, 2020.

BARROS, M. B. et al. Inclusão e educação profissional: um estudo sobre a acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas, campus Maués e sua influência na educação de estudante surdo. 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola. Seropédica, RJ.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Leis de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 abril de 2002. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão das pessoas Surdas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que trata sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e sobre o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23/12/2005. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMPELLO, A. R. Aspectos da visualidade na educação de surdos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 245. 2008.

CANDAUI, J. Memória e Identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira. 3º Ed.- reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 6.ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 448p.: il.

GARCIA, A. de C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. de; CASTILHO, M. A. de. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. Revista Vozes dos Vales, n. 13, ano VII, mai. 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revista-multidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

KREBS, J. R. O protagonismo da gestão educacional na efetivação da inclusão de estudantes surdos nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. 2017. Revista EIXO, v. 1, n. 2. 2017. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/6015>. Acesso em: 3 abr. 2023.

LACERDA, C. B. F. de. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. Revista Espaço, São Paulo, v.10, p. 30-40, 1998.

MESERLIAN, K. T.; VITALIANO, C. R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. IX Congresso Nacional de Educação-Educere. Anais eletrônicos. Curitiba: PUCPR. 2009.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São

Paulo, v. 10, p. de 7-28, dez. de 1993.

PERLIN, G. T. T.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos, n. 5, p. 217-226, 2003. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 217-226, 2003.

PINHEIRO, L. A. B. O desenvolvimento profissional de pedagogos da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Acre: contribuições de uma proposta formativa em ação. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/358>>. Acesso em: 10 out. 2022.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, p. 165-184, 2011.

SILVA, E. C. A. da. 10 Anos do Instituto Federal do Acre (IFAC): histórias de vida e trabalho no campus Rio Branco. 2021.110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT). Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica do Acre, Rio Branco, Ac, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/40>>. Acesso em: 10 jul. 2022

SOLEMAN, C; BOUSQUAT. Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? Cad. Saúde Pública 2021; 37(8):e00206620. doi: 10.1590/0102-311X00206620.

SOUZA, A. de A.; NUNES, C. R. G.de L.; OLIVEIRA, E. G. de. Políticas públicas para a educação profissional e tecnoló-

gica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Strobel (2009b), STROBEL, K. História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009b.

TAVARES, E. B. Citologia para estudantes surdos: uma unidade de ensino potencialmente significativa. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/340>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

UGALDE, L., da C. Desenvolvimento Profissional de Coordenadores do Napne do Instituto Federal do Acre. Manaus-AM 2018, 177 f: il, Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica do Amazonas, Campus Manaus Centro, 2018.

VIEIRA, A. M. D. P.; JÚNIOR, A. de S. A educação profissional no Brasil. Revista Interacções, [S. l.], v. 12, n. 40, 2017. DOI: 10.25755/int.10691. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em: 3 abr. 2023.